



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui-se objeto deste a futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Publicação dos Atos Oficiais em Jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente termo tem por objeto quantificar, especificar e definir algumas condições para Abertura de procedimento através de Dispensa de Licitação conforme preconizado com base no Art. 75, II da lei 14.133/21.

A necessidade de contratação de serviço de publicidade legal em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro para a divulgação de extratos de editais de procedimentos licitatórios surge em decorrência da promulgação da Lei 14.133/2021, também conhecida como Nova Lei de Licitações. Segundo o disposto no artigo 54 desta legislação, tornou-se obrigatória a publicação desses extratos em veículos de comunicação de ampla circulação. Portanto, diante dessa imposição legal, o município se vê compelido a cumprir com as disposições da referida lei, assegurando a transparência e a publicidade dos processos licitatórios realizados pelas Secretaria Municipal de Itaperuna RJ. A divulgação dos extratos de editais em jornais de grande circulação não apenas atende às exigências legais, mas também garante a eficácia e validade dos atos administrativos, marcando o início da produção de seus efeitos externos.

A publicidade dos atos e decisões, além de assegurar a respectiva eficácia e produzir efeitos externos, visa propiciar aos interessados diretos o seu conhecimento, bem como o controle pela sociedade em geral.

A publicidade preconizada na Constituição Federal (art. 37) é corolário do direito de informação (art. 5º. XXXIII), porquanto, pela dicção do preceito constitucional, “todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade.”

E quando se tratar de licitação que compreende as modalidades concorrências, tomadas de preços, concursos e leilões, obrigatória é a participação do resumo do edital no JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO (ESTADO DO RIO DE JANEIRO). FORMATAÇÃO: FONTE: TIMES NEW ROMAN CORPO: 08 (OITO) ALINHAMENTO: JUSTIFICADO ENTRELINHAMENTO: ESPAÇO SIMPLES *O jornal deverá ter 01 (uma) edição diária com a sua veiculação em papel onde deverá constar a publicação dos atos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ.	Cm/col.	691,92		
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					R\$

1.1 Os serviços deverão ser prestados ao Município de Itaperuna, gerenciado pela Secretaria Municipal de Saúde, o prazo para a execução é de 02 (dois) dias, através de e-mail ou outra forma equivalente, sem interrupção e prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

1.2 A quantidade estimada se baseia na expectativa de processos licitatórios: 22 publicações e dos contratos de prestação de serviços em saúde: 40 publicações; média de 11,16 cm/col. Publicações x média do centímetro por coluna. $(62 \times 11,16 = 691,92 \text{ cm/col.})$.
E considerando que não se conhece com exatidão e precisão a quantidade de cm/col., a contratação será por estimativa e somente será utilizada a parcela necessária para a publicação dos atos oficiais, a fim de atender a demanda indispensável da Administração Pública Municipal para o atendimento ao Princípio da Publicidade.

1.3 A CONTRATADA será responsável pela realização dos serviços contratados indicados **no subitem**

1.1 deste Termo de referência.



1.4 Será disponibilizada à CONTRATADA toda a documentação necessária, não podendo a mesma, em qualquer hipótese, ser retirada das dependências da CONTRATANTE, salvo por motivo devidamente justificado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O presente termo de referência, tem como objetivo a futura e eventual na contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Publicação dos Atos Oficiais em Jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro.

2.2 A publicação dos atos oficiais é um instrumento de transparência e publicidade, indispensável à validade e à eficácia dos atos administrativos. A exigência encontra amparo nas seguintes normas:

- Constituição Federal – Art. 37, caput:
Estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo a publicidade requisito essencial para a validade dos atos administrativos.
- Lei nº 8.666/1993 – Art. 21, §1º:
Determina que os avisos contendo os resumos dos editais de licitação devem ser publicados em jornal diário de grande circulação.
- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) – Art. 54, §1º:
Também prevê a divulgação de avisos de licitação em jornal de grande circulação, em complemento à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme regulamento.
- Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011):
Estabelece que a divulgação de informações públicas é regra geral e que os órgãos públicos devem assegurar a transparência ativa.

2.3 A publicação em jornal impresso de grande circulação ainda é um meio eficaz de alcançar uma ampla divulgação dos atos oficiais, sobretudo:

- Para garantir o alcance de segmentos da população que não têm pleno acesso digital;
- Para atender requisitos legais de validade de atos administrativos e licitatórios;
- Para assegurar a transparência, controle social e legalidade dos atos da Administração Pública.

2.4 Além disso, a escolha do jornal deve considerar a abrangência regional estadual, a periodicidade, o índice de circulação comprovado por auditoria e o histórico de prestação de serviços à Administração Pública

2.5 A contratação ocorrerá através Dispensa de licitação, nos casos previstos no Art. 75, II da Lei 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

3.1 O objeto da contratação proposta refere-se à Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Publicação dos Atos Oficiais em Jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, após distinguir os prós e contras de cada uma das soluções (todas elas descritas neste ETP), para a satisfação e interesse público, devido à necessidade em atender com agilidade e qualidade os pacientes que precisam de tratamento em outros municípios, impactando diretamente nos resultados pretendidos pela da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna.

3.2 O processo de avaliação envolveu uma análise criteriosa de diversos aspectos, levando em consideração não apenas o custo inicial, mas também a celeridade, a confiabilidade e a eficiência durante o prazo de execução da contratação.

3.3 A solução foi escolhida por sua adequação às necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna, considerando aspectos de eficiência, economicidade e práticas de mercado. Ao terceirizar serviços, a autarquia reduz a carga administrativa e otimiza a gestão de recursos. Além disso, os motoristas que já estão prestando o seu serviço na Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna, são capacitados e garantem a continuidade no atendimento das demandas, mantendo a qualidade nos serviços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O serviço de publicação deverá ser realizado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, conforme a necessidade da entidade licitante, garantindo ampla visibilidade aos avisos e resultados das licitações.

4.2 As publicações deverão ser feitas na seção de avisos legais ou equivalentes do jornal, em formato de coluna com largura padrão, com os textos claramente legíveis e sem alterações que comprometam a integridade e o entendimento das informações.

4.3 A empresa contratada será responsável por garantir a inserção dos anúncios nas datas e prazos estipulados pela entidade licitante, comprovando a publicação por meio de exemplares do jornal ou certidões de publicação eletrônica, que deverão ser entregues à entidade licitante em até 3 (três) dias úteis após a publicação.

4.4 Além das publicações impressas ou eletrônicas, a empresa deverá disponibilizar as versões digitais das publicações, acessíveis através do site do jornal. Essas versões devem permanecer disponíveis pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, garantindo o acesso público e permanente às informações.



4.5 A empresa deverá assegurar que todas as publicações estejam em conformidade com as normas legais e editoriais aplicáveis, bem como com as especificações técnicas fornecidas pela entidade licitante, incluindo, mas não se limitando a tamanho da fonte, tipo de fonte e espaçamento entre linhas.

4.6 O contrato com a empresa jornalística incluirá cláusulas de penalidade para casos de não cumprimento dos termos estabelecidos, especialmente relacionados a prazos e qualidade das publicações.

4.7 A empresa contratada deverá fornecer um relatório mensal de todas as publicações realizadas, detalhando as datas de publicação, as seções do jornal onde foram publicadas, as dimensões dos anúncios e o cumprimento dos prazos contratados. Essas diretrizes garantem que o serviço de publicação atenda às necessidades de transparência e legalidade da entidade licitante, assegurando que todas as partes interessadas tenham acesso equitativo às informações das licitações.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A prestação do serviço deverá ser em conformidade com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

5.2 O serviço deverá ser realizado de forma **parcelada** conforme as publicações realizadas pela empresa vencedora.

5.3 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

5.4 A contratada deverá receber o conteúdo a ser publicado por meio de canal oficial definido no contrato (e-mail institucional ou sistema eletrônico), com a devida autorização da autoridade competente.

5.5 Caso necessário, a contratada poderá realizar ajustes de formatação ou diagramação, respeitando fielmente o conteúdo original do ato.

5.6 A publicação deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação da Administração, no jornal impresso de grande circulação e, preferencialmente, também em versão digital (site oficial do jornal).

5.7 Após a publicação, a contratada deverá apresentar, **em até 2 dias úteis**, o exemplar do jornal com o ato publicado, ou cópia autenticada da página, bem como link eletrônico da publicação (se disponível online).



5.8 As publicações deverão ocorrer em edições com circulação comprovada no território da unidade federativa do contratante.

5.9 Os atos deverão ser publicados integralmente e de forma legível, com destaque compatível à relevância e em conformidade com os padrões da Administração.

5.10 O regime de execução por MENOR preço global, sendo que o pagamento ficará vinculado à execução do objeto.

5.11 A contratada deverá manter equipe de atendimento para esclarecimentos, suporte e eventuais correções emergenciais.

5.12 O CONTRATO PARA AQUISIÇÃO

5.12.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ, poderá celebrar contrato administrativo com a CONTRATADA.

5.12.2. Nos termos do artigo 89 da Lei nº 14.133/2021, os contratos administrativos são regidos por suas próprias cláusulas e por preceitos de direito público, com aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e normas de direito privado. Além disso, conforme dispõe o artigo 40, I, da Lei nº 14.133/2021, ao planejar suas compras, deve a administração pública observar “condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado”.

5.12.3. A Lei nº 14.133/2021 ainda requisita que os contratos administrativos estabeleçam com “clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do termo de referência e os da proposta vencedora”.

5.12.4. O artigo 92 Lei 14.133/21 relaciona as cláusulas que devem constar obrigatoriamente de todo e qualquer contrato. Dentre elas, deve haver disposição sobre o regime de execução ou forma de fornecimento, preço e condições de pagamento, matriz de risco, quando cabível e direitos e responsabilidades das partes.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - às garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

5.12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE:

5.12.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A celebração do contrato pressupõe a adoção de providências precedentes pela Administração Pública, dentre as quais, a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de publicação em veículos de ampla visibilidade no Estado do Rio de Janeiro.

6.2 Em relação à aquisição, ela deverá ser acompanhada e fiscalizada, por servidor designado pela secretaria municipal de saúde.

a) A fiscalização será exercida pelo servidor **Alan Faria Machado- Mat. 50306-1/1** que anotará toda e qualquer ocorrência que possa vir a surgir na duração do instrumento contratual.

b) Qualquer ocorrência, o fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

c) O pagamento só será efetivado mediante a comprovação das certidões de débitos trabalhistas, FGTS, certidão Municipal, Estadual e da Fazenda.

e) Caberá à CONTRATADA responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdências social e impostos.

6.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.3.1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

6.3.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que sejam observadas as condições contratuais.

6.3.3. Aplicar as sanções, conforme previsto neste Termo de Referência.



6.3.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre materiais danificados, vencidos, falhas ou irregularidades verificadas na aquisição, fixando prazo para que seja reparado ou corrigido.

6.3.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

6.3.6 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3.7 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução das entregas, fixando prazo para a sua correção;

6.3.8 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa realizar as entregas de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos;

6.3.9 Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1 Para efeitos de pagamento, a empresa vencedora deverá apresentar documento de cobrança constando de forma discriminada à efetiva realização do objeto contratado e executados no mês anterior, informando o número e a agência conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

7.2 O pagamento será efetuado mensalmente, no valor correspondente aos serviços efetivamente executados no mês imediatamente anterior e nos valores consignados na proposta comercial vencedora, mediante crédito em conta-corrente até 20 (vinte) dias úteis, após o atesto do documento de cobrança e cumprimento da perfeita realização dos serviços;

7.3 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Termo de Referência e no instrumento contratual ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a contratada deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;

7.4 O pagamento será realizado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento do produto;

7.5 Caso se faça necessária a reapresentação da nota fiscal eletrônica de serviços por culpa da



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

CONTRATADA, o prazo de 20 (vinte) dias úteis ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação;

7.6 Correm por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, entre outros decorrentes da execução do contrato.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 A Contratação, refere-se a um Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de atos oficiais em veículos de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro.

8.2 A nova Lei de Licitações, n.º 14.133/21 c/c o artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República, instituiu as normas necessárias para a efetivação das licitações e a formalização dos contratos da Administração Pública, estabelecendo inclusive, as hipóteses em que se realizam os certames, que no caso em exame, trata-se de contratação cujo a aquisição é denominado como comum e configura a hipótese de Dispensa de Licitação, que se enquadra, "in concreto" na conformidade com o permissivo da indigitada Lei das Licitações e Contratos - LLC.

8.3 A regra na Administração Pública é sempre a celebração de procedimento licitatório para aquisição de bens ou serviços, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, como vemos abaixo:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

8.4 Levando em consideração todo levantamento realizado no Estudo técnico preliminar, a necessidade de dar continuidade no serviço prestado e o valor da contratação, entendemos que o processo sob. Dispensa de licitação é fundamental para atender as necessidades da VISA.

8.5 O processo licitatório se dará, através de **Dispensa de Licitação** e o critério de julgamento será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, então fica subentendido que a proposta vencedora será a que cumprir, todos os critérios deste termo de referência, ou seja a **MELHOR** proposta para administração será a vencedora.

9. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados no mercado, considerados os preços constantes de bancos públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local da execução do objeto, art 23 da lei 14.133/2021.

9.2. No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros de forma combinada ou não.

9.3. A presente pesquisa foi elaborada com base na instrução normativa SEGES/ME nº 65, de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

9.4. Os valores utilizados para a formação efetiva de preços, são oriundos de contratações da administração pública, mídia eletrônica e pesquisa com potenciais fornecedores especializados neste tipo de contratação.

9.5. Foram utilizados os parâmetros II e IV da presente instrução normativa SEGES/ME nº 65, de julho de 2021 para composição da cesta de preços aceitáveis.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

9.6. O método utilizado para a obtenção do preço estimado, foi o menor preço global, obtido através de uma cesta de preços aceitáveis.

9.7 Todos os documentos que complementam a pesquisa em tela, juntamente com a pesquisa de preços do ETP são partes integrantes, anexos ao processo administrativo.

9.8 O valor estimado da contratação é de:

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade: 21

Programa de Trabalho: 101220021.2.081000 Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento de Despesas: 3.3.90.39.47.00.00 Serviços de Comunicação em Geral

Fonte: 500

Descrição do Recurso: Recursos não vinculados de Imposto

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, onde estejam contemplados serviços pertinentes e compatíveis com o objeto, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

11.2 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.3 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.4 Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado.

11.5 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

11.6 Comprovação de que o jornal é registrado como publicação periódica junto aos órgãos competentes

11.7 Comprovação de que a empresa possui estrutura para (Recebimento de materiais eletrônicos; Atendimento às demandas da Administração; Entrega de comprovantes físicos e digitais de publicação)

11.8 Declaração da empresa de que o jornal possui circulação diária (mínimo de 5 vezes por semana), com abrangência no Estado do Rio de Janeiro, conforme exigido no edital ou termo de referência.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

11.9 Declaração informando que tem conhecimento do termo de referenda e das demais condições de execução do contrato, reconhecendo ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

11.10 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, ou outra certidão equivalente, na forma da lei.

11.11 Declaração informando o cumprimento do disposto no inciso 06 do artigo 7º da Constituição Federal, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

11.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência, as seguintes sanções:

- a) Advertência – ao dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa - calculada na forma do edital ou do contrato, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento)
- c) Impedimento de Licitar e Contratar - ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens b, c, d, do item 12.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Itaperuna RJ, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar ao responsável pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, após análise jurídica, e observância às regras do §6º, do art. 156, da Lei 14.133/21.

Assinatura do Responsável